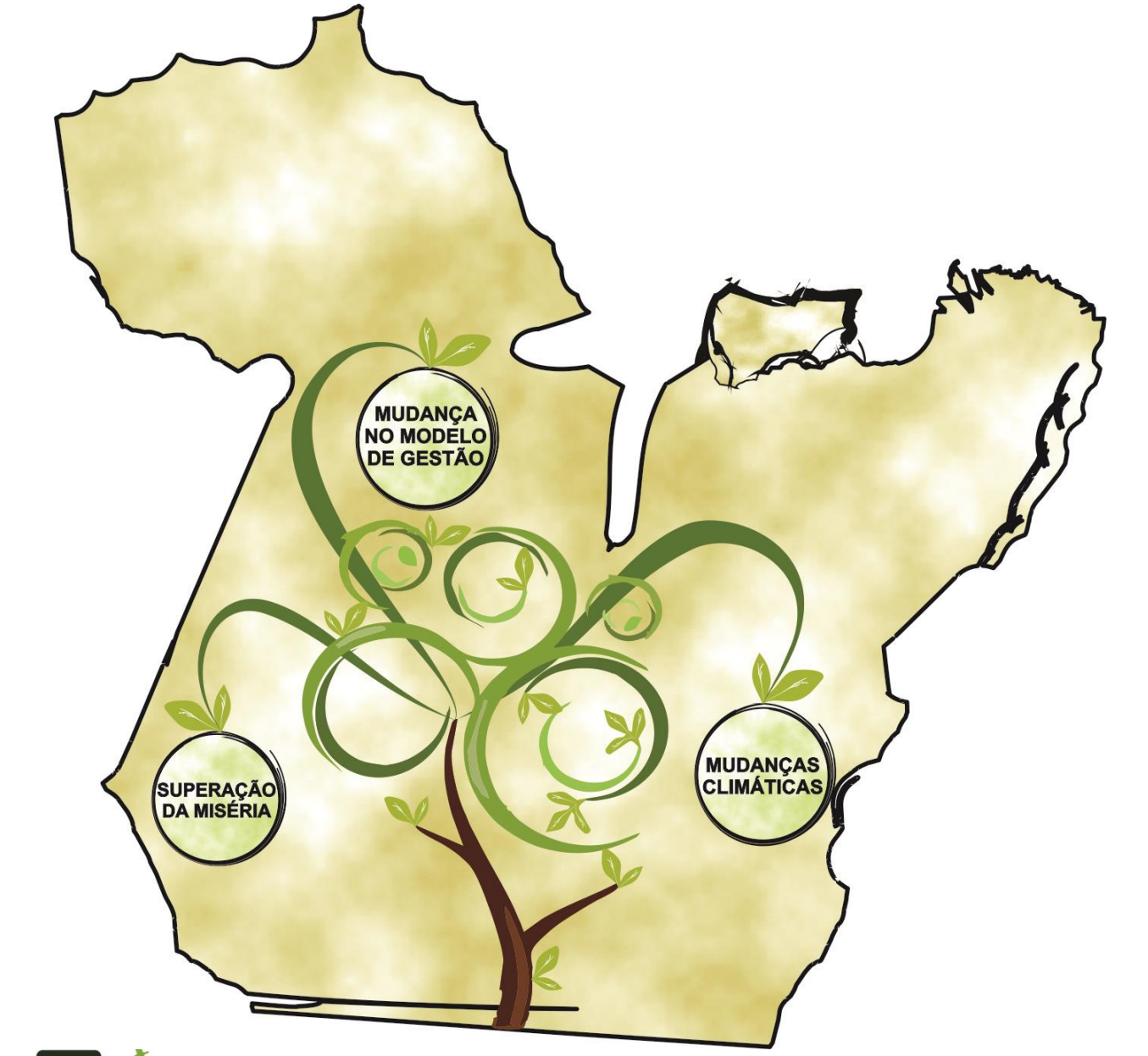
PROGRAMA DE GOVERNO PV

VIVER BEM VIVER VERDE NO PARÁ



CONSTRUÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL	JOSÉ CARLOS LIMA DA COSTA
COORDENAÇÃO TÉCNICA GERAL	RODRIGO VIANNA RODRIGUES
COORDENAÇÃO TÉCNICA TEMÁTICA	CLEANS BOMFIM
COORDENAÇÃO GESTÃO PÚBLICA	ANTÔNIO PARACAMPO
COORDENAÇÃO SAÚDE	DR. JOSÉ RUFINO COSTA
COORDENAÇÃO EDUCAÇÃO	EDIMAR DA SILVA MAIA
COORDENAÇÃO IGUALDADE	CRISTINA VASCONCELOS
COORDENAÇÃO DESENVOLVIMENTO SUTENTÁVEL	RODRIGO VIANNA RODRIGUES
ASSESSORIA TÉCNICO/POLITICA	SIMÃO BENDAYAN
REVISÃO	DR. PROF. CAMILLO VIANNA

UMA NOVA VISÃO DO PARÁ

Os dois maiores desafios a serem vencidos no Estado do Pará, são: a exclusão social, cujo alvo é combater a concentração de renda; e a preservação da natureza, implantando um modelo econômico compatível com o bioma amazônico.

O Tribunal de Contas dos Estado constatou ao analisar o Mapa da Exclusão Social, parte integrante e obrigatória das contas de gestão do governo de Simão Jatene de 2013:

> *"Quanto aos aspectos negativos, os indicadores demonstram: o aumento da concentração de renda, ou seja, maior desigualdade na sua distribuição, redução no indicador de educação, diminuição da proporção de leitos hospitalares e de Agentes Comunitários de Saúde por 1.000 habitantes, redução no percentual de domicílios com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, aumento da proporção de pessoas vivendo em domicílios improvisados no Pará (população em situação de risco nas ruas), incremento de ocorrências policiais e na proporção de ocorrências per capita para um grupo de 100.000 habitantes."*

Este grande vilão, a brutal concentração de renda, decorre do modelo econômico perseguido por diversos governos paraenses, baseado em apenas três produtos: madeira, boi e minério. Além de uma quarta missão que nos foi imposta pela União, o uso do nosso potencial hídrico para produção de energia. Esse modelo é concentrador de renda, colabora para o êxodo rural e consumo recursos da natureza numa velocidade impossível de ser reposta.

A partir deles, nunca conseguiremos alcançar um alinhamento econômico ao desenvolvimento sustentável. Não seremos capazes de colaborar com a humanidade no combate efetivo às mudanças climáticas e nem estaremos contribuindo com a ONU na efetiva implementação dos Objetivos do Milênio.

A postura do Governo deve ser de exigir o cumprimento das legislações ambientais e tributárias e a parceria efetiva publico/privada para um programa de desenvolvimento baseado na diversificação da nossa base produtiva.

A imagem do Pará não é a das minas de ferro, não é dos pastos de bois, muito menos das toras de madeiras em carretas e serrarias. Nossa boa síntese é o Ver-o-peso, com muita gente trabalhando no

comércio dos mais diversos produtos. Como a castanha do Pará que emprega dezenas de pessoas até chegar ao consumidor. E o açaí que hoje é exportado para dezenas de países sem que se faça a verticalização de sua produção dentro do Pará. Isso tudo sem falar na enorme variedade de ervas, de frutas, de peixes patrimônio que nos coloca em posição de vantagem em estoque de recursos os quais não se transformam em diferencial competitivo eficaz não se revertendo em beneficio para a população.

Enquanto o PIB *per capita* do Brasil, em 2011, foi de R$20.126,00, no mesmo ano, o PIB *per capita* do Pará foi de R$10.650,00. Isso é quase a metade do valor de renda nacional. Um absurdo completo. Sem falar na concentração de renda no Estado.

O índice GINI do Pará (O coeficiente GINI varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo do zero, menor é a desigualdade de renda num país, ou seja, melhor a distribuição de renda. Quanto mais próximo do um, maior a concentração), em 2011 foi de 0,784, enquanto no Brasil, em 2012, o mesmo índice foi de 0,519.

Em 2012 , 25,6% da população paraense estava abaixo da linha de pobreza, o que corresponde a **2.041.000** pessoas, prontas para serem cooptadas pelo crime organizado e conduzidas ao submundo submetidas a mais completa violência.

Diante e tudo isso o PV do Pará não pode se manter indiferente e assim elaboramos um programa de governo voltado a efetiva redução da pobreza e das desigualdades regionais e ao desenvolvimento sustentável e viável de nosso Estado levando em conta nosso compromisso primordial que é o de utilizar a política como instrumento de transformação da realidade, apresentando propostas econômicas e sociais capazes de distribuir renda, combater a exclusão social, sem destruir a natureza exuberante da Amazônia.

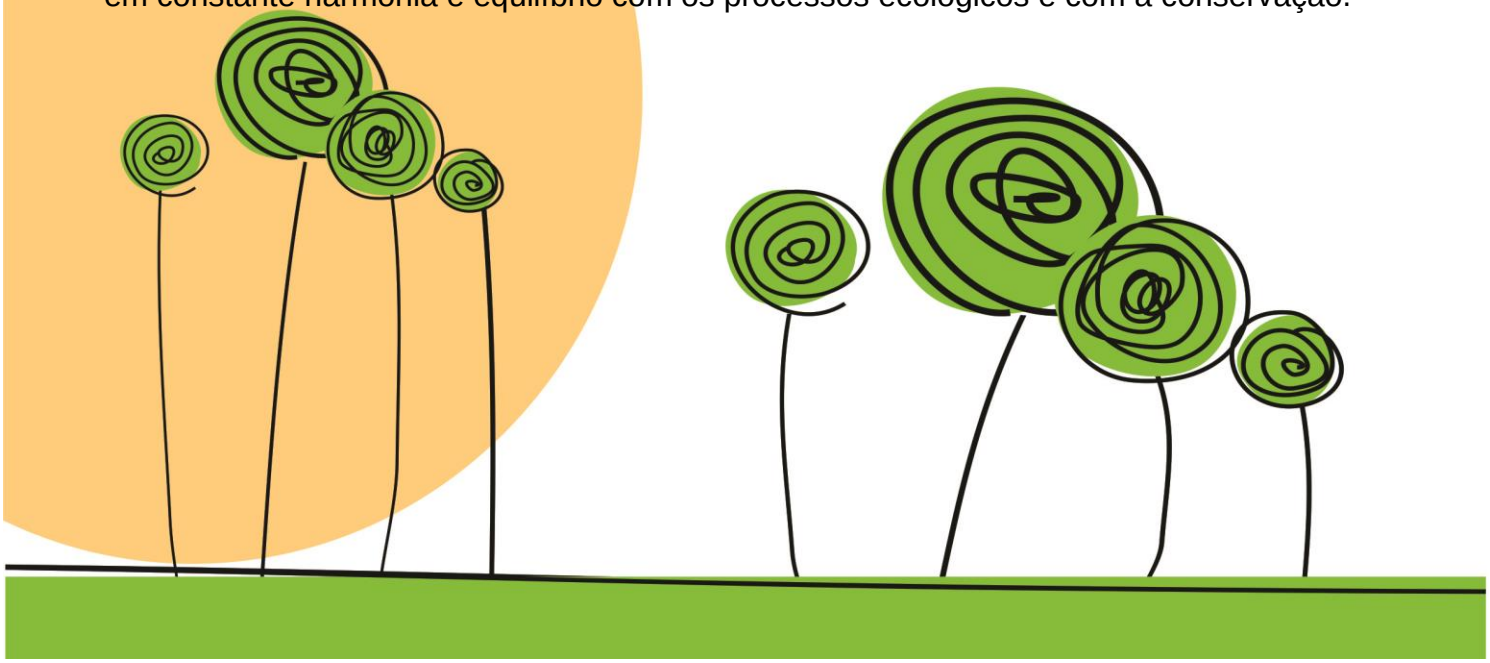
José Carlos Lima da Costa

1. VIVER BEM VIVER PARA TODOS REFORMA DA GESTÃO

Atualmente o modelo de gestão que ainda é o utilizado no nosso Estado infelizmente é o de uma gestão centralizadora das decisões e incapaz de enxergar e promover o desenvolvimento a longo prazo para o Pará. Assim sendo o PV em sua administração do poder publico do estado pretende fazer uma mudança de paradigmas voltada fundamentalmente para a descentralização da gestão publica bem como sua maior eficiência e eficácia com uso de instrumentos modernos , participação social e minimização do corpo do Estado.

A Gestão integrada, participativa e sustentável que é o objetivo final do PV, implica na reorientação das políticas de desenvolvimento e da reestruturação significativa dos sistemas de gestão, de modo a permitir o planejamento estratégico Inter setorial e a implementação de programas conjuntos.

A Gestão Pública Sustentável do Estado terá a missão de promover a percepção sócio-ambiental profunda, fomentando serviços e produtos sustentáveis e eco eficientes, com ética, respeitando as leis da Natureza e os princípios constitucionais da Administração Pública (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência). A gestão deve visar à mobilização da sociedade para implantação do Desenvolvimento Sustentável e do Eco desenvolvimento. Deve adotar atitudes mais otimistas em relação ao uso sustentável. Utilizar a educação e programas de esclarecimento, como publicidade positiva de produtos e serviços que promovam tecnologias ambientalmente saudáveis e socialmente responsáveis e/ou estimular a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo, incorporados à justiça social, em constante harmonia e equilíbrio com os processos ecológicos e com a conservação.



Este modelo de ***Gestão Pública*** reflete em uma necessidade de reparação do dano causado a natureza, ao homem e a sociedade, visa à conscientização para aperfeiçoar o uso dos recursos, para o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade e eficiência do ambiente de trabalho. Deve manter sintonia com a concepção de eco eficiência, onde uma nova cultura institucional que inclua critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações, torna-se eminente a cada dia, haja vista a significativa demanda social por um meio ecologicamente equilibrado e socialmente justo, propício ao exercício da cidadania ambientalmente adequada.

I – DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO

O primeiro passo é sem duvida a descentralização da gestão voltada para as mesorregiões do Estado e tendo em vista as características e necessidades especificas de cada uma. Desta feita é intenção do PV criar governadorias regionais com presença permanente das principais secretarias executivas como é o caso da Secretaria Regional de Meio Ambiente em Marabá e mais importante, fazendo uso de estruturas físicas e de pessoal que já existam nessas áreas para não correr o risco de promover maior inchaça da maquina publica.

II – ENXUGAMENTO DA MÁQUINA PUBLICA

O PV se compromete a fazer o enxugamento das estruturas de pessoal no governo logo no seu primeiro ano de mandato bem como miudar o paradigma de ocupação dos cargos por pessoal contratado voltando seus esforços sempre para o fortalecimento dos funcionários de carreira, respeitando a necessidade de nomeação de concursados já aprovados nos órgãos que deles necessitem.

É preciso atentar para a maior eficiência em relação ao custo beneficio da estrutura de pessoal no Estado.

III – IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO COMPARTILHADA

Utilizando a estrutura do próprio governo o PV vai incentivar cada veiz mais a participação efetiva da sociedade paraense nas tomadas de decisão fundamentalmente voltadas para ela mesma fazendo sempre questão de favorecer a maior parcela social afetada por qualquer politica dentro de cada mesorregião buscando uma redistribuição de recursos de infraestrutura e de pessoal para Oeste, Sul e Sudeste do Estado pois o PV acredita que apenas diante do fortalecimento do Pará como um todo é que poderemos vencer os desafios que se nos apresentam neste inicio de milenio e serão norteadores do desenvolvimento da sociedade humana como um todo no mundo

IV – SISTEMAS DE GESTÃO A DISTÂNCIA

O PV nacional tem como diretriz básica de seu projeto de governo para o Brasil a modernização da tomada de decisão com uso da cultura internética.

No Pará não poderia ser diferente e assim estaremos voltados sempre para a difusão da comunicação a distancia com acesso a internet para a população e ao mesmo tempo estabelecimento de mecanismos de comunicação com esta população distribuídos regionalmente sempre voltados para sua participação nas decisões bem como nas fiscalização das ações do próprio governo

2. VIVER BEM VIVER COM IGUALDADE E SEM MISÉRIA

A desigualdade social e a miséria são problemas sociais, que repercutem hoje, inclusive como problemas econômicos e estruturais, que afetam a maioria dos países da atualidade. A miséria está alastrada em todos os países, desenvolvidos ou não, e a desigualdade social é um fenômeno que ocorre principalmente em países não desenvolvidos e em desenvolvimento.

No Brasil, a desigualdade social é uma das maiores do mundo, apesar de ser e estar em desenvolvimento contínuo. Isso porque a desigualdade social no Brasil não diz respeito à falta de recursos ou de riquezas, mas sim a má distribuição destes entre as diferentes camadas sociais. Essa desigualdade também é marcada pelas diferenças de oportunidades, no acesso a serviços básicos, como educação de qualidade, atendimento médico eficiente e até mesmo saneamento básico.

Para que houvesse a redução das desigualdades e superação da miséria os governos democráticos passaram a estabelecer programas e projetos no intuito de tentar equiparar o descompasso social. Dentre tantos já utilizados o Partido Verde, a nível nacional, continuará no apoio dos seguintes:

1. Permanência de benefício de um salário mínimo vigente para a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – abrange idosos e deficientes que vivem em extrema pobreza, que não possuam características legais para a aquisição de outro benefício.

2. Equiparação do piso salarial para a aposentadoria rural, no equivalente a um salário mínimo vigente – correspondendo à aposentadoria urbana.

3. Programa Bolsa-família que apesar das opiniões divergentes é responsável por apenas 0,45% dos gastos do PIB nacional. Contudo entendemos que programas como o Bolsa família devem ser instrumento de garantia da dignidade humana e não o contrário e portanto devem ser utilizados como uma ferramenta temporária enquanto até que o cidadão alcance novamente seu posto de trabalho ou encontre novas formas de geração de subsistência econômica

No diz respeito ao Estado do Pará, interessa saber em um prospecto econômico do Brasil, em 2011 identificou um PIB médio *per capta* de R$20.126,00, enquanto que no Pará este valor foi de R$ 10.650,00 (próximo a metade da renda nacional), verifica-se ainda o índice GINI que no Pará, em 2011 foi de 0,784 (quanto mais próximo de 1 maior a concentração de renda), representando assim uma escalada estratosférica da desigualdade no Estado*.

O Partido Verde Pará, preocupado com os alarmantes índices de desigualdade e sua consequente, reverberação no crescimento da miséria, coligado as diretrizes nacionais do partido de desenvolver sustentavelmente o país em todos os âmbitos, lança propostas ousadas para que venha a acontecer a redução das desigualdades e superação da miséria em nosso Estado, com idéias simples, mas de consequências alargadoras, visando uma economia popular e sustentável. Dentre estas as principais são:

I- EDUCAÇÃO DE BASE:

Escolas com horário integrais: inclusão da educação ambiental na teoria e prática, no currículo das escolas, com o cultivo de hortas, para utilização na merenda/alimentação escolar.

Capacitação de professores locais – com possível destinação de percentuais do ICMS visando a melhoria do profissional, gerando assim satisfação e motivação em permanecer no seu centro, não precisam assim, migrar para a capital;

II- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL :

Fortalecimento dos institutos profissionalizantes tais como as ETPs geridas pelo Estado e em convênio com empresas instaladas no Pará intensificando os cursos técnicos/profissionais nos diferentes seguimentos de base econômica locais e/ou regionais, adequando-os as necessidade reais e sempre voltados ao efetivo desenvolvimento e diversificação das bases de estruturação da economia do Estado, gerando, profissionais locais qualificados para atender ao perfil de empresas de alto nível e expertise tecnológica; emprego e renda na região, reduzindo com isso o conglomerado de pessoas que buscam na capital alguma forma de subsistir;

Criação de centros de atendimento aos idosos, com oferecimento de cursos, possibilitando a geração de renda extra e sociabilidade.

III- FORMAÇÃO DE CULTURA COOPERATIVISTA :

Incentivos ficais ao micro e pequeno produtor e empresário; redução carga tributária para quem gera emprego e renda vinculados a economia sustentável.

Incentivo a economia familiar de produção de excedentes e não apenas de subsistência com instrumentalização do agronegócio de pequena e média escala através de direcionamento e fortalecimento das linhas de credito especificas para tal;

Valorização de Cooperativas sustentáveis, utilizando-se do reaproveitamento e reciclagem de materiais;

IV- VALORIZAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO:

Direcionamento dos recursos de fundos de desenvolvimento e financiamento de projetos de recuperação ambiental.

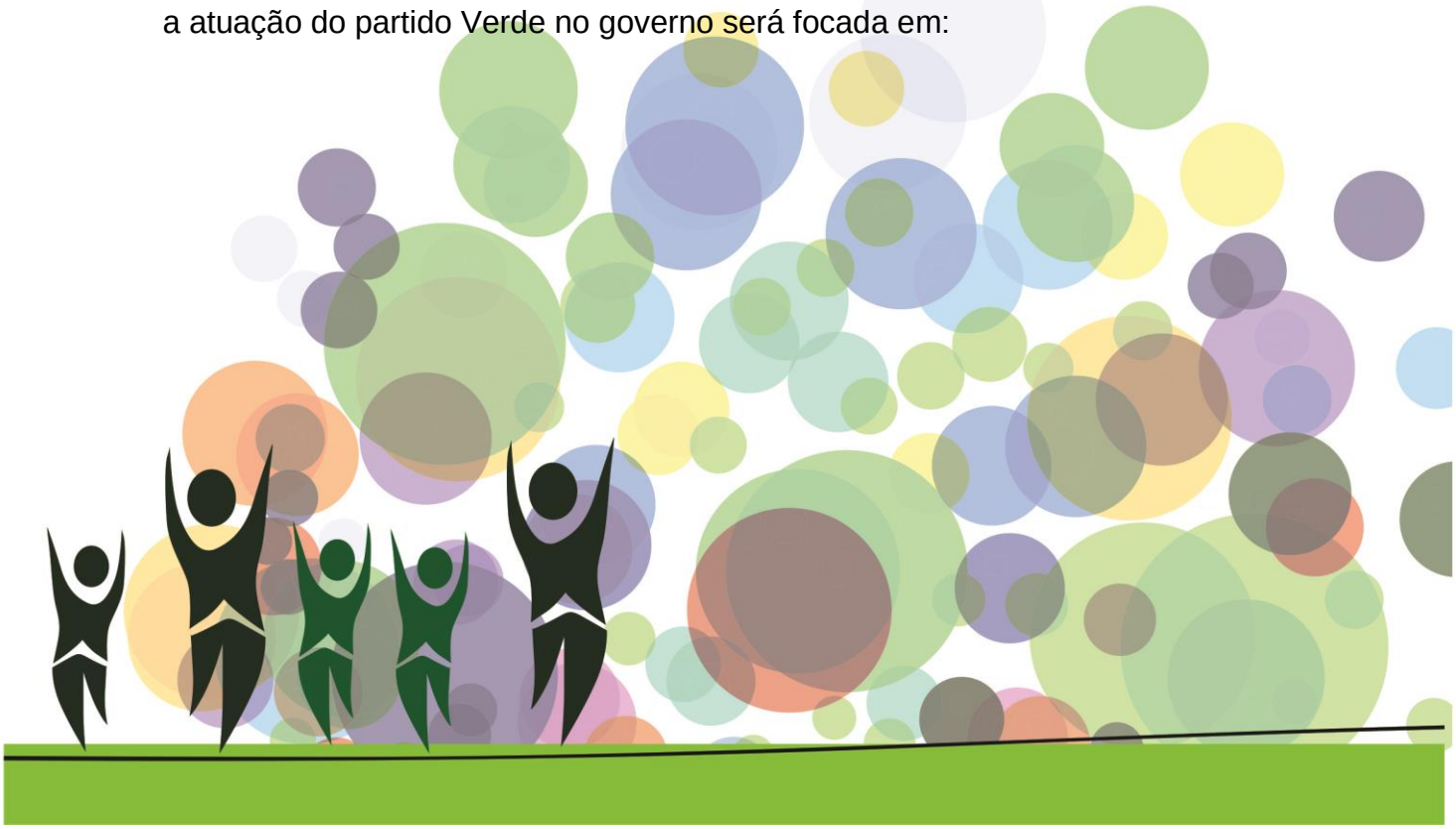
Incentivo a formação de grupos econômicos solidários e que sejam voltados a execução dos chamados serviços ambientais voltados a preservação, recuperação e/ou ,melhoria do meio ambiente em geral no Estado.

Implantação de programas destinados ao fortalecimento de atividades econômicas sustentáveis dentro de assentamentos agrários.

Busca pela regularização fundiária com absoluto foco nas famílias tradicionais e nas pequenas propriedades rurais como forma de manter o homem no campo com capacidade de se desenvolver continuamente e com dignidade.

3. VIVER BEM VIVER COM SAÚDE

A situação da saúde no Brasil atualmente está a beira do caos. As politicas publicas de centralização de recursos bem como instrumentalização e infra-estruturação deficitárias baseadas em um modelo de gestão reativo e voltado a estratégias de atuação tratativas e não preventivas bem como a desarticulação do sistema público de saúde e seus componentes tem levado a um cenário de desespero para os que necessitam de cuidados do SUS. No Pará isso não é diferente e pensando nisso o PV elaborou sua abordagem voltada para o desenvolvimento de uma cultura de saúde sustentável a ser desenvolvida aqui tendo por base o conhecimento de que mais de 80% das endemias e patologias de base com mortes principalmente de crianças até cinco anos no mundo são causadas por deficiência saneamento básico e levando em consideração também que a medicina preventiva é muito menos onerosa do que os tratamentos hospitalares do pós adoecimento. Sendo assim a atuação do partido Verde no governo será focada em:



I-ATENÇÃO BÁSICA

FORTALECIMENTO DA ASSITÊNCIA HORIZONTAL DA SAÚDE

1 – Fortalecer a saúde básica nas unidades municipais e a cobertura dos programas estratégicos. Como

Médicos de Saúde da Família

Agentes Comunitário de Saúde

02- Criação do banco de Dados Eletrônico único de Saúde do Estado

Criação de um histórico eletrônico interligado do histórico de saúde baseado em informações colhidas pelos ACSs e de todo o sistema de Saúde Publica do Estado baseado em identificação pelo numero do CPF visando o fortalecimento de saúde preventiva e do conhecimento da realizada e de cada cidadão do estado e acelerando assim qualquer tomada de decisão, em relação possíveis intervenções necessárias. Lembrando que se fará uso de dispositivos eletrônicos e compartilhamento de dados via internet (tablets ou smartphones).

Dar atenção especial aos locais atendidos apenas por hidroviários

03 - Definição de fluxos de acesso e regulação de consultas e leitos especializados.

04 - Definir o perfil assistencial das unidades prestadoras de assistência através das analises das diversidades regionais (Através do banco de dados Eletronico)

05 - Nas regiões de grandes aglomerações temporais, implantar e implementar políticas de coberturas preventivas (programas de prevenção de novas endemias) e curativas no que refere a doenças sexualmente transmissíveis e infectocontagiosas (ex: Belo Monte e a de Tocantins)

06 - Estimular a formação e capacitação dos Conselhos Municipais de Saúde (C.I.R) e fazer Divulgar de sua importancia.

II- REFERÊNCIA E URGÊNCIA EM SAÚDE

HOSPITAIS REGIONAIS

Dar condições de real funcionamento aos os hospitais regionais de base e de referencia estabelecendo Planejamento estratégico de funcionamento e programas de qualificação do corpo médico criando mecanismos de gestão participativa comparticipação e poder de decisão do próprio corpo médico hospitalar, buscando atendimento direcionados as necessidades de cada região.

Fortalecer a implantação dos programas de controle intra hospitalar nas doenças de mais prevalência e custos nas regiões onde estão instalados estes hospitais .

Controle de hipertensão e diabetes nas unidades de saúde, diminuindo o número de pacientes que necessitam de hemodiálise

Implantar Centros Regionais de Hemodiálise nas proximidades dos hospitais regionais , diminuído custos e demora nos atendimentos.

Hospital Geral de Tailândia

Hospital Regional de Marabá

Hospital Regional de Santarém

Hospital Regional de Altamira

Hospital Regional Abelardo Santos

Hospital Regional de Breves

Hospital Regional de Redenção

Hospital Regional de Tucuruí

III- SAÚDE DO IDOSO

Fortalecimento de atendimento e acompanhamento básico ao idoso

1 - Promoção do envelhecimento ativo e saudável

2 - Atenção integral e integrada à saúde do idoso

3 – Fortalecimento dos serviços de atenção domiciliar com os próprios ACS

4 - Acolhimento preferencial em unidades de saúde, respeitando-se o critério de risco

5 - Formação e educação permanente dos profissionais de saúde do SUS na área do idoso

6 - Divulgação e informação sobre a política nacional de saúde da pessoa idosa para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS.

IV- SAÚDE DOS JOVENS

Fortalecimento da politica de planejamento familiar

Determinação e Planejamento de Planejamento estratégico para desenvolvimento de Ações de prevenção a gravidez precoce proliferação de DSTs.

Implantação de um programa estruturado de combate ao uso de drogas e atendimento e recuperação de jovens usuários com instalação de centros de recuperação nas mesorregiões voltados para a reabilitação efetiva do jovem e sua reinserção social fundamentada na valorização do ser humano e de seu potencial construtivo para o bem.

V- SAÚDE DA CRIANÇA

Fortalecimento de todo o sistema de atendimento basico e pre natal, planejamento familiar e reforço a programas de educação sexual

Fortalecimento de um pré-natal qualificado, com cobertura assistencial voltado para a redução da Mortalidade infantil.

Planejamento familiar estratégico regionalizado, com educação sexual nas escolas visando à conscientização dos adolescentes para evitar gravidez indesejada

VI) IMPLANTAÇÃO DE CEM (CENTROS DE ESPECIALIDADES MÉDICAS)

Nas diversas regionais do estado , dando oportunidades e facilidades de acesso a todos os cidadãos .

VII) IMPLANTAÇÃO DE CTM (CENTROS DE TREINAMENTOS MÉDICOS)

Para aprendizado, treinamento e aperfeiçoamento das técnicas mais modernas e eficazes no atendimento de urgência e emergência dos profissionais da área de saúde através de instalação de ambientes de treinamento nas próprias unidades de base e hospitais.

4. VIVER BEM VIVER COM EDUCAÇÃO

Um dos principais fatores de desenvolvimento e de uma sociedade é sem duvida a educação. A formação e preparo das crianças e dos jovens para assumirem seu papel futuro de continuidade no progresso e evolução social em todos os aspectos depende em ultima instância de uma estrutura educacional sólida com profissionais qualificados e valorizados pelo seu papel social crucial que é a formação da sociedade futura de uma nação.

Infelizmente o que se vê atualmente no Brasil é o avesso de tudo isso e por conseguência um inicio de declínio no desenvolvimento do conhecimento cientifico para o qual vários especialistas já alertaram sobre o risco de perdermos massa critica capaz dar efetiva continuidade ao progresso do país.

No Pará a realidade não é diferente. Uma estrutura arcaica, escolas sucateadas, professores e demais profissionais da educação desvalorizados um sistema educacional que favorece a evasão escolar, a reprovação e em ultimo caso a desinteresse e desvalorização pela manutenção das crianças e jovens na escola.

Consciente dessas dificuldades e diante do novo paradigma de desenvolvimento que vivemos atualmente o Partido Verde do Pará está preparado para enfrentar os desafios da melhoria da educação no Estado baseado em ações estratégicas relacionadas a seguir:

II – REESTRUTURAÇÃO GERAL

Apoio à implantação efetiva de creches de acordo com a demanda municipal principalmente no interior do Estado e fortalecimento dos sistemas municipais de creches voltado ao primeiro contado da criança de 0 a 3 anos com a importância da educação e com uso de técnicas de docência atuais para estimulo ao desenvolvimento do saber

Desenvolver programas contínuos de qualificação e requalificação do corpo docente das instituições de ensino Estaduais e fomentar o desenvolvimento dos mesmos programas nas instituições municipais.

Fazer Planejamento Estratégico com definição de metas efetivas para a readequação reforma e melhoria da infraestrutura de todas as escolas e instituições de ensino do Estado e fomentar através de formação de convênios, a efetivação da mesa estratégia para as instituições municipais

Estabelecer cronograma de implantação de programas de educação em tempo integral e fortalecimento da presença da comunidade na escola através de ações de inclusão de atividades com participação de pais de alunos periodicamente.

Fortalecimento dos programas de merenda escolar com estabelecimento de cardápios regional e voltado a alimentação saudável principalmente com consumo de frutas verduras e legumes.

Criar polos regionais da Secretaria de Educação como previsto na descentralização da Gestão do Governo voltado a maior eficiência local na gestão e fiscalização de recursos e administração das escolas.

II - EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS

Implantação de politicas de fortalecimento do ensino de base no primário e médio em parceria com as prefeituras.

Continuação da Implantação do Curriculo ambiental nas escolas

Ensino fundamental – noções de integração homem/natureza com conceito dos três Rs - Reduzir, reutilizar,. Reciclar- introdução e fortalecimento do conceito de compartilhamento de recursos e de tudo mais na vida das crianças.

III - EDUCAÇÃO PARA JOVENS

Continuação da Implantação do Implantação do Currículo ambiental nas escolas

Ensino médio – aproveitamento de resíduos, reciclagem, consumo consciente, alimentação sustentável (redução dos 22% de desperdicio)

Investimento em projetos de escolas cooperativas nas comunidades comparticipação da sociedade na gestão

Incremento na politica de inclusão esportiva como instrumento curricular de fortalecimento do conceito de orgulho em fazer parte do grupo e representar sua escola

Reestruturação da educação profissional com fortalecimento das ETPs e institutos e sua integração com empresas que possam absorver os jovens formados

Reestruturação da Universidade do Estado – UEPA com maior foco em pesquisa e desenvolvimento cientifico e maior participação da iniciativa privada como financiadora de pesquisa de base e de ponta voltada para as necessidades do Estado.

III - EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Difusão do conceito de Educação inclusiva voltada para inserção de adultos em programas de alfabetização e educação permanente com foco na formação completa seja profissionalizante ou não de acordo com as necessidades de cada mesorregião do Pará.

Desenvolvimento de uma politica de apoio a toda as crianças jovens e adultos com necessidades especiais quer sejam físicas ou psicológicas para assegurar sua inserção e seu progresso dentro do sistema de ensino regular com a devida assistência.

Implantação de politica de ensino no campo e cooperativas de ensino para áreas mais afastadas em comunidades mais distantes dentro da cada município.

5. VIVER BEM VIVER SUSTENTÁVEL

O desafio do desenvolvimento sustentável é hoje a maior incógnita a humanidade. Será que seremos capazes de vencer as barreiras criadas por nós mesmos para manter a espécie humana como forma de vida viável do ponto de vista de coexistência dentro da biosfera deste planeta em que moramos chamado de Terra?

É pensando nessa problemática como sendo o maior obstáculo a ser superado neste século pelo homem e tendo em vista que o planeta já mostra fortemente que não tem mais condições de absorver o “modus vivendi” atual como era chamado pelo nosso saudoso Gabriel Guerreiro o Partido Verde fundamentou um conjunto de politicas de real exequibilidade para o Pará que serão adotadas em sua gestão buscando sempre o equilíbrio entre o homem e a natureza e o resgate a dignidade do ser humano paraoara como ferramenta de fortalecimento dessa nova logica de desenvolvimento do Estado.

I – GERAÇÃO DE ENERGIA

Atualmente o mundo vive o que talvez seja o seu maior paradigma de continuidade de desenvolvimento o qual se constitui na necessidade de geração cada vez maios de energia para suprimento das necessidades de produção.

Ainda temos uma matriz mundial baseada fundamentalmente em combustíveis fosseis e minerais para geração de energia sendo que no Brasil apesar de já termos estado bem próximos de igualar e mesmo superar a matriz não renovável pela renovável em 2003 e 2004 quando nossa produção chegou a ser 49% baseada em matriz renovável, de la pra ca houve um declínio nesta relação em função do crescimento econômico que não foi acompanhado pelo incremento na matriz renovável de energia tendo se investido fortemente na produção de petróleo e gás natural ao invés de pensar estrategicamente na produção de energia hidrelétrica , eólica e solar.

Como produto dessa miopia no planejamento, hoje enfrentamos um dilema que é a necessidade de aumentar nossa produção energética em 50% nos próximos 10 anos para poder assegurar o desenvolvimento do país e como resultado temos novamente a intensificação, sem planejamento efetivo, na exploração de energia hidrelétrica no Estado do Pará que é historicamente o que possui maior potencial aproveitável para esta finalidade.

Em contrapartida a isso simplesmente se deixa de lado a possibilidade de aproveitamento eólico em nosso litoral que é muito menos danoso ao meio ambiente do que a intervenção hidrelétrica e muito menos oneroso socialmente a longo prazo.

Já se tem mapeamento do Potencial Hidrelétrico do Brasil que chega hoje a um total de 240 GW aproveitáveis economicamente e contudo o governo Federal fecha os olhos para a produção de energia Eólica que tem potencial 142 GW para geração de energia sem causar nem um terço dos danos ambientais de implantação que as usinas hidrelétricas causam.

Assim o PV vai investir fortemente na implantação de uma matriz de geração de energia Eólia ao longo do litoral da Mesorregião Nordeste, região do Salgado e Marajó como ferramenta de desenvolvimento real para o Estado garantindo que pelo menos 50% do estoque de energia gerado nessa matriz seja voltado para disponibilização para o Próprio Estado do Pará.

II - AGRONEGOCIO

O PV no Pará deverá incentivar fortemente e positivamente um politica de desenvolvimento de agronegócio voltada a policultura com cultivo de produtos que sejam adequados ao tipo de solo de nosso estado bem como o incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar e de pequeno porte inclusive com fortalecimento de arranjos agrícolas locais e mesorregionais e mesmo dentro de assentamentos.

Outra faceta fundamental é a necessidade de se proceder a mudança da cultura de pecuária extensiva para a pecuária intensiva bem como também o fortalecimento de produção de laticínios por cooperativas.

No que tange ainda a pecuária é fundamental que se desmistifique a formatação a associação silvipastoril e que esta passe a obter incentivos governamentais para o seu desenvolvimento.

III – PRODUÇÃO MINERAL

Finalmente em se tratando de minério é fundamental que se crie mecanismos de contrapartida das empresas desse setor voltados para a recuperação efetiva das áreas afetadas pela exploração bem como incentivo a regularização de explorações familiares e sua transformação em sistemas cooperativistas e o incentivo governamental inclusive na forma de financiamentos específicos, para a exploração cooperativa de áreas já degradadas anteriormente e que se transformaram em bolsões de miséria.

Além disso é fundamental que se crie mecanismos de desenvolvimento com responsabilidade compartilhada com as empresas para as áreas alvo de exploração futura bem como adequação das que já estejam sendo exploradas.

IV – MADEIRA

No que se refere a exploração madeireira a qual é hoje ainda a principal responsável pelas mudanças de situação de solo no estado . O Pará só será desenvolvido neste setor quando houver a implementação efetiva de uma politica de verticalização da produção voltada para a exportação de produtos beneficiados bem como a extração de matéria-prima oriunda de florestas plantadas e não mais de matas nativas primárias.

O governo será grande parceiro nesta empreitada voltando seus esforços para consolidação das empresas voltadas a verticalização de produtos madeireiros que já estejam implantadas no estado bem como instalação de novas empresas com este perfil e finalmente a criação e desenvolvimento de mecanismos eficientes de exportação de produtos com a criação de portos secos e sistemas de transporte aquaviários e finalmente ferroviários adequados a eficiência logística para exportação de produtos acabados.

VI – DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ ECONOMICA

Atualmente a matriz econômica do Estado se concentra em quatro eixos estanques de produção que são a extração mineral in natura, o extrativismo vegetal ainda muito arraigado em uso de florestas nativa, a pecuária extensiva de corte para exportação e agricultura baseada em munoculturas. Apesar da contribuição que esses setores tem dado a economia do Pará é inegável a necessidade de se adequar investimentos e incentivo do governo a uma nova visão de desenvolvimento econômico visto que estes padrões atuais são extremamente concentradores de renda e prejudiciais a sustentabilidade ambiental de longo prazo.

Como ponto mais importante desta nova forma de ver a economia do Pará é fundamental que se desenvolva programas para implantação da cultura de Economia verde voltada para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas e cooperativas especializadas em áreas como a prestação e serviços ambientais tais como reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, manutenção de florestas nativas. Outra área com grande potencial de exploração é a de produção de produtos semi-industrializados oriundos de extrativismo de insumos florestais tais como resinas, óleos, sementes, inclusive na fabricação de joias com uso de insumos como a Jarina conhecida internacionalmente como “marfim da Amazônia” e que tem grande potencial inclusive no auxilio a termino da caça a rinocerontes e elefantes para retirada de marfim animal.

Finalmente é preciso investir fortemente em projetos de sequestro de carbono e redução de emissão de Gases do Efeito Estufa baseados no MDL que é compromisso já assumido e pactuado pelo governo federal uma vez que o Estado do Pará é o estado que tem hoje o maior potencial real para desenvolvimento desta atividade no Brasil .

Tais projetos deverão ser apoiados pelo governo do Estado com incentivos a sua elaboração e aprovação pelos órgãos internacionais responsáveis inclusive com intermediação do próprio governo do Pará quando couber.